

Contagem Regressiva

A criação do PSDB não drenou a contradição do PMDB, que continua se debatendo à procura de solução para acomodar, em torno de um mesmo compromisso, os que se proclamam progressistas e consideram os demais conservadores. A convenção nacional em agosto impõe a contagem regressiva, para que seja encontrado em tempo útil o denominador comum capaz de estabilizar o partido que, enquanto foi oposição, assegurou sobrevivência às correntes políticas que o formaram.

A impossibilidade de chegar ao poder garantiu a unicidade do PMDB. Só havia para os dissidentes a alternativa de aderir ao regime autoritário. Era suicídio. Enquanto vigorou o bipartidarismo, a gradação de tendências se fazia dentro do partido. Desde que chegou ao poder, no entanto, o PMDB entrou em desacomodação ideológica, e com dificuldade conseguiu adiar até agora a dissidência que afinal se consumou, se bem que não exatamente por divergência de idéias mas por falta de condições políticas. O momento de ruptura foi forçado pelos fundadores do PSDB tendo em vista as eleições deste ano.

Nem todos os que discordam do comportamento político do PMDB na Constituinte consideram que a saída seja a solução. Por entenderem que a legenda pemedebista representa um investimento de vinte anos, alguns governadores que se consideram progressistas preferiram ficar e lutar e forçar os chamados conservadores a fazer a opção de ficar ou sair. O acerto de contas entre os que continuam no PMDB está sendo negociado e, se não resultar numa chapa única para renovar os órgãos dirigentes do partido, a decisão terá de vir pelas urnas na convenção.

A questão passa a ser, portanto, acomodar as divergências. Os governadores de estado não têm condições de sustentar uma posição política de desafio ao governo federal. O PMDB continua a ter interesse em servir ao governo e a ter a contrapartida que o sistema presidencialista de governo pratica. Não foi por esse lado que as contradições do PMDB adquiriram grau superior à capacidade de convivência entre os contrários. O problema foi precipitado pelas eleições municipais deste ano, porque semearão possibilidades políticas para a sucessão presidencial no próximo.

Entenderam os dissidentes, que fundaram o PSDB, que o comportamento da bancada majoritária na Constituinte não correspondeu às propostas que o partido sustentou nos tempos de oposição ao regime autoritário. O PMDB contribuiu na Constituinte para os êxitos do *Centrão*, que

representava o oposto à retórica e aos compromissos do partido.

Como poderiam os dissidentes apresentar nas eleições de 15 de novembro as antigas propostas, depois que os votos do PMDB na Constituinte tinham contribuído para as teses opostas? Renunciaram à luta dentro do partido para correrem o risco de reapresentar as propostas sob uma legenda explicitamente social-democrata. Quiseram livrar-se da necessidade de apresentar explicações políticas na campanha.

Para os descontentes que ficaram no partido, com a disposição de lutar pelo programa e as idéias, a questão é a mesma: terão que conquistar o comando na convenção e reafirmar o compromisso histórico, com a garantia de nomes que possam avalizar o compromisso do PMDB. O acordo interessa a progressistas e conservadores, como se deixam chamar uns e outros, sem qualquer protesto. Sair de um partido majoritário, num ano eleitoral, é temeridade política. Somente por falta de alternativa.

O fato, porém, é que o PMDB continuará em julgamento até que a Constituinte encerre os seus trabalhos. Para que o Brasil tenha uma nova constituição, haverá ainda um turno de revisão do que foi aprovado. Quando se realizar a convenção que elegerá os novos dirigentes do PMDB, a Constituinte terá encerrado o seu trabalho ou estará no final dos trabalhos. A questão, porém, será a mesma. Se for possível encontrar um denominador comum para progressistas e conservadores, ele terá que se refletir — com clareza absoluta — nas posições do partido que tem a responsabilidade de corrigir os excessos que figuram no texto aprovado no primeiro turno.

O PMDB não conseguirá fugir à responsabilidade que a condição de majoritário exige da sua bancada no final da Constituinte. A nação tem consciência de todos os excessos que precisam cair do texto: ou o PMDB se mostra capaz de ajustar a futura constituição ao sentimento da maioria dos brasileiros, ou então será inútil pretender uma unicidade formal, se for apenas para disfarçar a ambivalência ideológica que foi um tesouro enquanto o partido estava na oposição, e se tornou prejuízo depois que passou ao governo.

A unicidade terá que ser forjada na Constituinte. Ou o PMDB se ajusta para assumir a responsabilidade democrática, ou de nada adiantará resolver depois. Será tarde. O eleitor cobrará nas urnas a contradição que se esgotou politicamente.